

REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES COM PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Belkis Cavalheiro Furtado

Faculdade Presidente Antônio Carlos de São João Nepomuceno
Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
bcfurtado@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho pretende fazer uma reflexão sobre a relação que têm com a escrita os alunos que cursam o Normal Superior, que já atuam ou ainda irão atuar na Educação Básica. A ampliação dos gêneros discursivos e a expansão da circulação da escrita na contemporaneidade estão relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, à explosão do consumo e ao amplo crescimento dos meios de comunicação e vêm trazendo à escola o desafio de formar um indivíduo que participe ativamente de práticas de letramento, não com uma postura passiva, mas crítica e reflexiva. Este é um dilema que tem se colocado para aqueles que atuam em cursos de formação de professores.

Palavras-chave: formação de professores; letramento; linguagem.

O trabalho docente foi bastante modificado ao longo dos anos e teve suas principais alterações concretizadas no final do século XX. Na expressão de Tardif e Lessard (2005, p. 21) o trabalho docente é “uma das mais antigas ocupações modernas”.

Outrora, o professor dos anos iniciais, não possuía formação adequada, existia uma grande dicotomia entre o conteúdo ministrado em sala de aula e o cotidiano dos alunos, o professor era apenas um transmissor de conteúdos, a educação ministrada estava a serviço da elite, com domínio da classe dominante e da ideologia conservadora e pouco preocupada com a aprendizagem dos alunos, existiam entraves entre a estrutura e o funcionamento das escolas, o governo não estabelecia uma legislação eficaz e nem suporte pedagógico e administrativo.

Com a redemocratização do ensino, emergiram idéias socialistas, de cunho marxista, e educadores apoiados nos teóricos Passeron e Bourdieu desenvolveram novas visões sobre a postura do Estado e da escola que influenciaram na prática pedagógica dos professores. A “velha” forma de atuação dos professores dos anos iniciais, ou seja, a citada acima, já não atendia mais e surgem às novas exigências propostas pela escolarização, ou seja, o professor necessita de novas competências para exercer o ofício: formação em nível superior para ofício do magistério nos anos iniciais, práticas pedagógicas voltadas para a aprendizagem dos alunos, aplicação de currículo flexível e articulado, formação continuada e reconhecimento que a escola não poderá ser uma reprodutora das desigualdades sociais, mas transformadora da educação e do ensino na sociedade contemporânea, tendo o professor e o aluno protagonistas do processo educacional.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei no. 9394/96 tornou-se necessária à formação de professores para a educação básica em nível superior, conforme o artigo abaixo:

“ Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, ...” Complementando este artigo, na parte referente às Disposições Transitórias da mesma lei, encontra-se o artigo 87 e nele o parágrafo 4o: “ Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei . (...) § 4o Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”.

Sendo assim, a demanda por formação em nível superior de professores para a Educação Básica, em especial para as séries iniciais do Ensino Fundamental, cresceu nos últimos anos.

Pesquisas apontam que os professores até meados do século XX, eram vistos como profissionais que exerciam a profissão como um sacerdócio, vocação, sacrifício, responsabilidade, amor, relações humanas, envolvendo o outro, além de reconhecerem as dificuldades e o baixo prestígio. Após este período, surgiu o *slogan* “profissionalizar o professor”, explicam Evangelista e Shiroma ao afirmarem:

Nos anos de 1990, tornou-se voz corrente [o slogan] na área educacional aparecendo atrelado ao desenvolvimento profissional, valorização do magistério, profissionalidade, formação pré-profissional, construção da identidade profissional, desprofissionalização [...] e mesmo proletarização docente (2003, p.27).

A partir de então, os profissionais da educação passaram a ter que ter certas “competências e habilidades” para exercerem seu ofício, que até então não eram exigidas. A profissão docente passou a ser uma profissão de “muitos”, devido ao grande número de instituições que passaram a oferecer graduação em nível superior para o exercício da profissão.

Atualmente, buscam-se cursos que ofereçam uma formação bem alicerçada que é fundamental ao futuro professor possuir autonomia para tomar decisões sobre sua prática docente; adequar-se metodologicamente aos contextos no qual se desenvolve a ação docente; adotar a concepção de um ensino como um conhecimento em construção e a educação como um compromisso político.

O professor deverá planejar sua prática pedagógica muito além das questões simplistas sobre as regras didáticas aplicadas no ensino superior. Segundo Coêlho, o ensino oferecido em uma universidade deverá buscar e cultivar

[...] o saber, a formação de seres humanos que a todo momento possam inserir-se de modo crítico, rigoroso e criativo na existência social, no mundo do trabalho e contribuir para transformá-los, para superar a realidade, a sociedade existente, o saber instituído. É a formação de *intelectuais*, pessoas que, ao mesmo tempo, interrogam, buscam, amam, cultivam e contestam o saber, as ciências, a tecnologia, a filosofia, as letras, as artes, a investigação e a criação de novos saberes, e que assumem a dimensão social e política da pesquisa (2006, p.55).

A competência de um professor, portanto, será verificada através do atendimento a essas colocações de Coêlho, da sua capacidade em criar novas alternativas de aprendizagens para o aluno e de transferir informações com precisão e segurança de forma que o aluno nunca perceba qualquer decisão ou dúvida. Esse é o perfil do professor do século XXI.

Passa a ser um dos grandes desafios das faculdades de educação a formação de professores para a Educação Básica, ou seja, aqueles que vão atuar (muitos já atuam) na formação de alunos da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Estes, necessariamente, deverão ter uma formação que o conduza a participar ativamente de práticas de letramento¹, não com uma postura passiva, mas crítica e reflexiva, que o insira em condições que lhe permita desenvolver a característica fundamental à profissão docente, a capacidade reflexiva como um processo coletivo, estabelecendo relação entre formação inicial, formação continuada e experiência profissional, para que sua prática transcenda ao ensino e possibilite espaços de participação para a adaptação às mudanças e incertezas.

Com o objetivo de analisar o Curso Normal Superior que habilita os profissionais da educação à docência² da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, a pesquisa que está em desenvolvimento busca, através de uma abordagem qualitativa documental, refletir sobre a relação que têm com a escrita os alunos que cursam o Curso Normal Superior, que já atuam ou ainda irão atuar na Educação Básica, oferecido pelas Faculdades de Educação localizadas na Zona da Mata Mineira do Estado de Minas Gerais.

Para compreensão da relação que têm com a escrita os alunos do Curso Normal Superior, adotamos na metodologia as seguintes questões: Como se desenvolve o Curso Normal Superior? Quais são os objetivos do Curso Normal Superior que se destina a formar docentes para atuarem na Educação Básica dessas faculdades do interior mineiro? Quais são as disciplinas no curso que contemplam a escrita e a leitura? Quais são as metodologias e os recursos didáticos utilizados pelos professores do curso? De que forma os alunos que vêm se formando para atuar como professores nesse segmento têm construído uma relação com a linguagem que possibilite que sejam mediadores na formação de crianças e jovens que façam uso reflexivo, crítico e ativo de atividades que envolvam oralidade, leitura e escrita? Os egressos do Curso Normal Superior no exercício da docência poderão contribuir para que seus alunos possam exercer conscientemente a sua cidadania, questionando valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais (SOARES, 2002), ou reforçarão a manutenção da realidade social? Que análise crítica podemos fazer do Curso Normal Superior até agora?

A análise se centrará nos Projetos Pedagógicos de dez Faculdades de Ensino Superior, da Zona da Mata Mineira, que não serão identificadas e, os relatos partirão de um consolidado da leitura realizada dos documentos. De acordo com a análise dos Projetos Pedagógicos, o Curso Normal Superior, em resumo, se destina à formação do profissional para a Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, que tenha uma atuação profissional crítica e autônoma, que seja capaz de tomar decisões individuais e coletivas a partir de referências técnicas, humanas, econômicas, sociais e políticas.

Para atingir os objetivos propostos nos projetos pedagógicos dos cursos, indica nos documentos analisados, que o Curso Normal Superior desenvolve-se sobre a ótica das seguintes dimensões curriculares: Conteúdos do Ensino Fundamental e Educação Infantil; Conhecimentos Sociais; Conhecimentos Pedagógicos; Espaços de Integração. Algumas questões são centrais e encontram-se presentes em todas as dimensões curriculares: pesquisa como método de trabalho, teoria e prática enquanto questões indissociáveis, participação em eventos culturais.

As disciplinas curriculares que contemplam a escrita e a leitura contida nos documentos analisados apontam para a área Linguagens e códigos: Língua Portuguesa I e II, Alfabetização e Letramento, Arte e Cultura, Corporeidade e Expressão, Metodologia da Língua Portuguesa. Nessas disciplinas, busca-se o conhecimento básico do futuro professor, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto às metodologias de ensino para que tais disciplinas representem a própria realização do aluno como ser humano dentro da realidade nacional em que for viver. A ênfase recai sobre a experiência dos estudantes, considerando também e de modo especial a simetria invertida³, que é uma referência importante para os futuros professores.

As metodologias didáticas e os recursos didáticos estão contidos nos projetos pedagógicos que traz: aulas expositivas dialogadas; atividades individuais e em grupo; elaboração e apresentação de relatórios; leituras diversas, em especial de textos científicos; pesquisas em bibliotecas e na internet; construção de textos sobre temas determinados; seminários; debates; tecnologias de ensino aprendizagem; observações e intervenções dirigidas; análise, avaliação e reflexão sobre intervenções realizadas. Em relação aos recursos didáticos, são utilizados, principalmente, além do quadro que se faz presente em todas as salas de aula: retroprojeter; televisão; vídeo; laboratório de informática; murais e cartazes; jornais e revistas; livros e textos diversos; data show.

O discurso dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as demais atividades constantes nos Programas de Disciplinas nos apresentam a pretensão de formar docentes letrados, no sentido de compreenderem e interpretarem o mundo letrado, para tanto, será necessário seus professores oferecerem uma diversidade de atividades e conteúdos que envolvam a linguagem em todas as modalidades. A prática com os alunos do ensino fundamental não pode se reduzir a textos acadêmicos, mas deve ser voltado para textos literários e filmes.

Certamente, não será o modelo de ensino por transmissão, característico de muitas escolas brasileiras – predominante da transmissão do conhecimento como um ornamento cultural para legitimar uma determinada posição social de exclusão da maioria, aquele que propiciará a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Nem seriam também livros didáticos sobrecarregados de conteúdos e socioculturalmente descontextualizados, que não irão contribuir para a formação de cidadãos críticos.

Como docente de um Curso Normal Superior, tenho sentido as limitações dos alunos em relação à apropriação que fazem da escrita, o que leva a pensar numa conquista questionável em relação ao nível de letramento a que tiveram acesso e, também, através das práticas pedagógicas vivenciadas no Curso Normal Superior não serão suficientes o bastante para tornar os futuros docentes em profissionais “letrados”.

Para poder alfabetizar letrando é necessário desenvolver práticas pedagógicas com refle-

xão crítica sobre valores, bem como a capacidade de desenvolver uma abordagem dialógica em que sejam considerados os pontos de vista dos estudantes. Diante da forma fragmentada em que são construídos os projetos pedagógicos dos cursos, claro que esta visão preponderante é a do letramento científico na perspectiva autêntica, distanciado de sua função social em um modelo centrado na transmissão, com uma abordagem comunicativa não interativa e de autoridade (não dialógica) não será capaz de abarcar a formação do profissional da educação na proposta do letramento. Mas pensar em uma formação docente em nível superior que possibilite aos futuros professores serem mediadores na formação de crianças e jovens que façam uso reflexivo, crítico e ativo de atividades que envolvam oralidade, leitura e escrita, apresenta um grande desafio para todos os educadores, revisão das formas de interação em sala de aula e a inclusão nas disciplinas de tópicos que discutam questões relativas aos aspectos sociais, literários e educacionais. Todos precisarão se envolver no processo que promovem alfabetização e letramento.

Segundo Freire (1987),

a educação deveria ir muito além da repetição, se constituindo em um instrumento de libertação, de superação das condições sociais vigentes. Como afirmativa: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (p. 68).

Essa mediatização ocorre por meio de uma educação problematizadora, de caráter reflexivo, de desvelamento da realidade, na qual o diálogo começaria a partir da reflexão das contradições básicas da situação existencial. É nessa reflexão que o diálogo permite a educação para a prática da liberdade.

A proposta de Freire é uma nova forma de práxis educativa, que em vez de reproduzir o mundo vai transformá-lo. As palavras geradoras, repletas de sentido para os educandos, são instrumentos de repensar o mundo. Nesse sentido, a proposta é de uma educação para a conscientização, que vai além do ato de ensinar a ler e a escrever. O educando usaria a leitura e a escrita para desencadear um processo social de transformação de sua realidade.

Para ser coerente com a proposta de Paulo Freire, o letramento tem que ter por objetivo a problematização de termos sociais, a reflexão do professor de sua prática pedagógica e ao entendimento do verdadeiro entendimento de letramento. Assim, o processo de letramento de professores que irão atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve levar em consideração o contexto da sociedade atual e o professor nela inserido. Esse contexto é caracterizado de forma geral por um processo de desvalorização dos profissionais da área educacional que colocam em risco a auto-estima e o “ser professor”.

O ensinar e o aprender, em todos os níveis de ensino, mas, principalmente, em cursos de graduação, deverão estar alicerçados numa concepção de mundo, onde o conhecimento não é tido como pronto, acabado e sem raízes, descontextualizado historicamente, onde a disciplina intelectual é tomada como reprodução das palavras, textos e experiências do professor.

A necessidade da formação de profissionais da educação em nível superior foi tão expressiva no final do século XX que, muitas vezes, pudemos perceber nos projetos pedagógicos

dos Cursos de Normal Superior que é deficitária e buscou-se um novo perfil de professor que atendesse a sua “profissionalização”, colocada como estratégica à educação da população brasileira.

O forte apelo à profissionalização, ao mesmo tempo em que foi recebido com certa positividade, também alertou alguns educadores quanto às contradições dos dispositivos legais. Por exemplo:

Elevou-se a formação docente ao nível superior – por meio da criação dos institutos superiores de Educação –, mas propôs-se uma formação mais abreviada, inclusive pela extinção futura da formação de nível médio; centrou-se a formação na pesquisa, mas retiraram-na da universidade e se deu proeminência à pesquisa sobre a prática docente, com forte viés pragmático. (EVANGELISTA e SHIROMA, 2003, p. 29)

A formação dos profissionais em educação passou a ser muito técnica e superficial. Deixou de lado a postura reflexiva do profissional da educação. Os documentos produzidos no período de 1999 a 2003 mostram um deslocamento da noção de “professor reflexivo” para a de “professor competente”, o que reforça e legitima a competência técnica como fundante da profissionalização.

A direção na qual vem sendo ministrado e pensado o Curso Normal Superior tem encontrado eco na reforma do Estado brasileiro, apesar dos esforços empreendidos pelos professores que atuam no curso para substituir as práticas de transmissão do conhecimento ainda apresentam uma proposta que não é progressista, dinâmica, inovadora educativa, comprometida com a formação do docente sensível, participativo, reflexivo, pesquisador e politizado.

Assim sendo, o Curso Normal Superior, ainda não conseguiu integrar à sua organização curricular o eixo formador da filosofia que privilegia a tríade: A quem ensinar O que ensinar Como ensinar - tendo em vista a formação de um professor-reflexivo. Este deve, antes de tudo, deveria estar preocupado em “como” fazer de sua atividade um exercício de aprendizado para o aluno.

O ato educativo não pode ser simplesmente a transferência de conhecimentos e sim um encontro de sujeitos interlocutores que não interrompa a relação pensamento - linguagem - contexto ou realidade.

Por isso, a filosofia a tem papel fundamental e faz com que a comunicação do professor vá convergir para a pessoa do aluno e na sua transcendência social.

Mas não podemos deixar de considerar que o Curso Normal Superior, construir uma motivação para os profissionais da educação buscarem uma formação em nível superior, e, com isto, lhe é possibilitado avanços consideráveis na construção do seu conhecimento.

Em função dessa análise, sugere-se uma matriz curricular flexível, para atender às expectativas e necessidades do contexto, que propõe a realização de um trabalho de visão holística envolvendo a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade estimulando o desenvolvimento do Profissional – Docente.

NOTAS:

¹ O termo letramento vem sendo usado com o significado de “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a escrita”, enquanto o termo alfabetização tem sido empregado com o sentido mais restritivo de ação de ensinar a ler e a escrever (SOARES, 1998, p. 47).

² Docência aqui entendida como uma função que não se limita à regência de classe, mas que inclui também outras atividades essenciais para um ensino de qualidade, tais como a participação no projeto educativo da escola, relacionamento com os alunos, a família e a comunidade, discussões sobre o sistema educacional e a atuação dos professores na escola e na sociedade, trabalho burocrático e outros decorrentes desses.

³ “A preparação do professor tem duas peculiaridades muito especiais: ele aprende a profissão no lugar similar àquele em que vai atuar, porém, numa situação invertida. Isso implica que deve haver coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional [...]”

O conceito de simetria invertida ajuda a descrever um aspecto da profissão e da prática de professor, que se refere ao fato de que a experiência como aluno, não apenas nos cursos de formação docente, mas ao longo de toda a sua trajetória, é constitutiva do papel que exercerá futuramente como docente.” (BRASIL, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Nível Superior**. Brasília, Abril de 2001.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Matriz Específica de Referência do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores – Ensino Fundamental: Anos Iniciais**, dezembro 2003.

COELHO, I. M. A universidade, o saber e o ensino em questão. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro; Naves, Marisa Lomônaco de Paula (Orgs). **Currículo e avaliação na Educação Superior**. 1ª ed, Araraquara: Junqueira & Marin, 2005, p. 53-77.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Profissionalização: da palavra à política. In: MORAES, M. C.; PACHECO, J. A.; EVANGELISTA, O. (Org.). **Formação de professores: perspectivas educacionais e curriculares**. Porto: Porto Editora, 2003, p. 27-46.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Padrões Profissionais para o Professor Alfabetizador do Sistema Educacional do Estado de Minas Gerais**, abril/2008.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. (Org.). **Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.